



Defensoria Pública da União

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 915, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, incisos I e XIII, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994.

Considerando o disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 57 da Lei nº13.408, de 26 de dezembro de 2016, resolve:

Art. 1º - Publicar o Cronograma Anual de Desembolso Mensal do Órgão 29.000 - Defensoria Pública da União - referente ao exercício financeiro de 2017 com os valores estabelecidos no anexo desta Portaria.

Art. 2º - Fica revogada a Portaria nº 791, de 24 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União, seção I, página 122, de 25 de julho de 2017.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ

ANEXO I

| 29000 - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO | | | | | |
|---|----------------------------|-------------|--|-------------|--|
| CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2017 | | | | | |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS/OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL | | | | | |
| MESES | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL | | |
| | MENSAL | ACUMULADO | MENSAL | ACUMULADO | |
| JANEIRO | 32.000.000 | 32.000.000 | 29.093.502 | 29.093.502 | |
| FEVEREIRO | 20.464.227 | 52.464.227 | 29.093.502 | 58.187.004 | |
| MARCO | 23.800.000 | 76.264.227 | 29.093.502 | 87.280.506 | |
| ABRIL | 23.800.000 | 100.064.227 | 28.323.747 | 115.604.253 | |
| MAIO | 23.800.000 | 123.864.227 | 28.323.747 | 143.928.000 | |
| JUNHO | 23.800.000 | 147.664.227 | 28.397.692 | 172.325.692 | |
| JULHO | 23.800.000 | 171.464.227 | 28.397.692 | 200.723.384 | |
| AGOSTO | 23.800.000 | 195.264.227 | 24.201.892 | 224.925.276 | |
| SETEMBRO | 23.800.000 | 219.064.227 | 19.701.892 | 244.627.168 | |
| OUTUBRO | 23.800.000 | 242.864.227 | 19.701.892 | 264.329.060 | |
| NOVEMBRO | 28.574.513 | 271.438.740 | 19.701.892 | 284.030.952 | |
| DEZEMBRO | 26.500.000 | 297.938.740 | 19.701.463 | 303.732.415 | |
| Nota 1: Esta programação poderá sofrer alterações em função de serviços extraordinários, frustração de receita própria, sentenças, judiciais, limitação de empenho, despesas de exercícios anteriores ou créditos adicionais. | | | | | |
| Nota 2: Inclui receita própria (fonte 157). | | | | | |
| Nota 3: Os valores com pessoal e encargos sociais representam seus dispêndios brutos. | | | | | |

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

RESOLUÇÃO Nº 2.153, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Altera o anexo I da Resolução CFM nº 2.056/2013 e dispõe sobre a nova redação do manual de vistoria e fiscalização da medicina no Brasil. Altera o texto do anexo II - Da anamnese das prescrições e evoluções médicas - da Resolução CFM nº 2.057/2013, publicada no D.O.U. de 12 de nov. de 2013, Seção I, p. 165-171 e revoga o anexo II da Resolução CFM nº 2.056/2013, publicada no D.O.U de 12 de novembro de 2013, Seção I, p. 162-3 e o anexo II da Resolução CFM nº 2073/2014 publicada no D.O.U. de 11 de abril de 2014, Seção I, p. 154.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, alterada pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, e a Lei 12.842/13, e

CONSIDERANDO que a Resolução CFM nº 2056/2013 trata de um processo de transformação da prática médica;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que estabelece ser obrigação dos Conselhos de Medicina fiscalizar a prática médica dos intercambista, bem como por ser necessário controlar as ações dos supervisores e tutores médicos;

CONSIDERANDO que esta mesma Resolução terá impacto na formação do médico do ensino na graduação até sua formação especializada;

CONSIDERANDO, ainda, que o processo de implantação está previsto em etapas para elementos quantitativos para a prática do ato médico e qualitativos para aferição de seu desempenho, permitindo o contínuo aperfeiçoamento de elementos técnicos, tecnológicos e de caráter humanísticos;

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido em reunião plenária de 30 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o artigo 5º, do anexo I, da Resolução CFM nº 2.056/2013, que passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º No exercício de suas atividades, os membros da equipe de fiscalização adotarão as seguintes providências:

I - Verificar se os serviços fiscalizados estão de acordo com a atividade declarada pelo médico na prática privada, no contrato social registrado de pessoas jurídicas e, nos estabelecimentos públicos, o que consta como sua atividade-fim, bem como regularizados no Conselho Regional de Medicina.

II - Lavrar o Termo de Vistoria.

III - O Termo de Vistoria especificará as condições encontradas no serviço fiscalizado, podendo utilizar, inclusive, métodos de imagem que confirmem os dados coletados, evitando a identificação de pacientes quando os registros envolverem a imagem de pessoas.

IV - Havendo irregularidades, será lavrado juntamente com o Termo de Vistoria, se necessário, o Termo de Notificação.

§ 1º O Termo de Vistoria será entregue ao fiscalizado, obrigatoriamente, ao final de cada fiscalização;

§ 2º O Termo de Notificação deverá ser entregue concomitantemente com o Termo de Vistoria quando:

I - constatada ausência de condições mínimas de segurança, para o ato médico ou evidente prejuízo para os pacientes, quer pela existência de potencial risco à saúde, desrespeito à sua dignidade ou pudor, quer por violação ao sigilo do ato médico por quebra da privacidade e confidencialidade.

a) constatada a ausência ou não funcionamento adequados de equipamentos e/ou insumos de suporte à vida;

b) tenham a infraestrutura física da unidade gravemente comprometida para a segurança do paciente e/ou do ato médico;

c) não tenham suas escalas de plantão completas, comprometendo a continuidade da segurança assistencial;

d) não contar com médicos diaristas em instituições onde se proceda internação hospitalar;

e) não tiver Diretor Técnico-Médico conforme disposto em normativos específicos ou não estiver o estabelecimento inscrito no Conselho Regional de Medicina;

Art. 2º Acrescentar o parágrafo 4º, no artigo 6º, do anexo I, da Resolução CFM nº 2.056/2013, com a seguinte redação:

§4º Aquelas situações que estiverem fora do perfil para notificação imediata terão a notificação expedida pelo coordenador de fiscalização.

Art. 3º Alterar a alínea "c" do art. 45, do anexo I, da Resolução CFM nº 2.056/2013, que passa vigorar com a seguinte redação:

c) contemplar a seguinte ordem: anamnese e exame físico, folhas de prescrição e de evolução exclusiva para médicos e enfermeiros, folhas de assentamento evolutivo comum para os demais profissionais que intervenham na assistência.

Art. 4º Alterar o título do Capítulo XI, do anexo I, da Resolução CFM nº 2.056/2013 que passa vigorar com a seguinte redação:

Do registro em prontuário da anamnese e exame físico, prescrições e evoluções médicas.

Art. 5º O artigo 51, do anexo I, da Resolução CFM nº 2.056/2013 e as alíneas "a" a "m", do item II, do anexo II - DA ANAMNESE DAS PRESCRIÇÕES E EVOLUÇÕES MÉDICAS - da Resolução CFM nº 2.057/2013, passam vigorar com a seguinte redação:

Art. 51. Para obedecer ao disposto no art. 87 do Código de Ética Médica e seus parágrafos, o registro em prontuário deve, no mínimo, conter os seguintes dados:

046.304/2012-6
Pedidos de reexame interpostos contra decisão que aplicou multa aos recorrentes.

Recorrentes: M.L.L. Gomes ME, Arcanjo S. Comercial Ltda.-EPP, A. C. Lira de Amorim ME, A. L. Comercial e Representações Ltda. EPP, Quitéria Maria Cordeiro, Daniela Cleudy de Arruda Salvador, José Floriano Gomes da Silva, Jeane Silva de Oliveira, Hélio Ferreira Coelho e Lourival de Souza Bulhões
Representação Legal: Felipe de Castro Figueirêdo (OAB/AL 7.526)

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

007.146/2013-2

Embargos de declaração opostos por Marilene Mendes da Silva, José Antonio de Ávila e Espólio de Homero Alves Pereira, em face do Acórdão 1.704/2017 - Plenário, prolatado em processo de tomada de contas especial instaurada em virtude de irregularidades detectadas pela Controladoria-Geral da União nos procedimentos licitatórios do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Regional de Mato Grosso - Senar/AR/MT, entre os anos de 2002 e 2010, para adquirir cartilhas para a execução de programas educacionais da entidade, denominados "Agrinho" e Formação Profissional Rural e Promoção Social".
Embargantes: Marilene Mendes da Silva; José Antônio de Ávila e Homero Alves Pereira (Espólio)
Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Senar no Estado de Mato Grosso

Responsáveis: Antônio Carlos Carvalho de Sousa; Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior - Abeas; Clovis Antonio Pereira Fortes; Cícero Rainha de Oliveira; Flávio Teixeira Duarte; Fundação Franco-brasileira de Pesquisa e Desenvolvimento - Fubras; Homero Alves Pereira; José Antonio de Ávila; Juliano Muniz Calçada; Lk Editora e Comércio de Bens Editoriais e Autorais Ltda.; Marilene Mendes da Silva; Normando Corral; Orlando Ferreira Bravo Neto; Otávio Bruno Nogueira Borges; Silvano Carvalho; Texto e Midia Comunicações e Editora Ltda.

Representação legal: Carla Salvador (OAB/MT 15785), Darlã Martins Vargas (OAB/MT 5300-B) e outros, representando os embargantes Espólio de Homero Alves Pereira, José Antônio de Ávila e Marilene Mendes da Silva

035.967/2016-1

Representação noticiando possíveis irregularidades em pregão eletrônico da Superintendência Regional do Incra em Tocantins, cujo objeto consiste na seleção e posterior contratação intermediada de técnicos em secretariado e recepcionistas para atuarem na sede daquela Superintendência e nas unidades avançadas.

Representante: Flávio da Silva Mota

Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Tocantins

Responsável: Carlos Alberto da Costa

Interessada: Superintendência Regional do Incra no Estado de Tocantins

Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

007.460/2017-1

Auditoria realizada na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) para verificar a regularidade das obras de construção do novo sistema de pistas, pátio de aeronaves, terminal de passageiros, central de utilidades, sistemas viários, estacionamento, macrodrenagem interna e obras complementares do aeroporto Eurico de Aguiar Salles, em Vitória - ES.

Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

Representação legal: não há

012.557/2017-0

Auditoria realizada no município de Palmas/TO, no Ministério das Cidades e na Caixa Econômica Federal, tendo por objeto as obras do BRT Sul de Palmas - TO.

Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e Município de Palmas/TO
Responsáveis: Gilberto Magalhães Occhi, Marcelo Alves Silva e Marco Aurelio de Queiroz Campos

Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

034.940/2015-4

Embargos de declaração opostos contra o acórdão 1.412/2017-TCU-Plenário, que tratou de representação com vistas a examinar os indícios de irregularidades relacionadas à operação de participação acionária do BNDES na empresa independência Participações S.A.
Embargantes: Independência Participações S.A.; Roberto Graziano Russo; Miguel Graziano Russo; Luciano Galvão Coutinho
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Bndes Participações S.A
Responsáveis: Armando Mariante Carvalho Junior; Bruno Lintz dos Santos; Caio Marcelo de Medeiros Melo; Eduardo Rath Fingerl; Fernando Americo de Rezende Neto; Flavia de Paula Peixoto Pereira; Guilherme de Lemos Medina Coeli; Independência Participações S.a.; Jaldir Freire Lima; Julio Cesar Maciel Ramundo; Laura Bedeschi Rego de Mattos; Leonardo Botelho Bandeira de Mello; Luciano Galvão Coutinho; Miguel Graziano Russo; Renata Bastos Maccacchero Victer; Roberto Graziano Russo; Sergio Foldes Guimaraes
Representação legal: Raquel Cristina de Carvalho e Silva (OAB/RJ 133.596) e outros, representando Luciano Galvão Coutinho; Ana Carolina Mazoni (OAB/DF 31.606) e outros, representando Laura Bedeschi Rego de Mattos; Debora Regina Magalhaes de Sousa (OAB/DF 16286E) e outros, representando Independência Participações S.A., Miguel Graziano Russo e Roberto Graziano Russo; Ana Luisa Vianna Ferreira Pinto e outros, representando Armando Mariante Carvalho Junior e Eduardo Rath Fingerl; Marcelo de Siqueira Freitas (OAB/DF 15.659) e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Danilo Messere Romancini (OAB/DF 25.054) e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e BNDES Participações S.A

Em 15 de setembro de 2017.
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário